

SESSÕES DO PLENÁRIO

7ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de janeiro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. REINALDO BRAGA *AD HOC*

1º SECRETÁRIO: DEP. ELIEDSON FERREIRA “3º SECRETÁRIO”

2º SECRETÁRIO: DEP. ISAAC CUNHA *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Coroa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luiz Argôlo, Marcelo Nilo, Maria Luiza Barradas, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal par a abertura da sessão.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário fazer a leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Eliedson Ferreira, faz a leitura do expediente de 19 de janeiro de 2009.)

OFÍCIOS

Do Dep. Getúlio Ubiratan, comunicando sua ausência na sessões do dia 11/12/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Eliedson Ferreira, comunicando sua ausência na sessão do dia 18/12/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Região Metropolitana e a cidade do Salvador continuam sofrendo com altos índices de violência. Os primeiros dias de janeiro, os homicídios em Salvador e na Região Metropolitana suplantam o mesmo período do ano passado, que já foi maior do que o mesmo período em 2006. Desde o dia 1º de janeiro, 126 pessoas, deputado Eliedson – 126 pessoas – foram assassinadas em Salvador e na Região Metropolitana. Isso dá uma média de sete homicídios diários, um a mais do que ocorreu no mesmo período em 2008 – sete homicídios – e a Bancada do governo está preocupada, deputado Sandro Régis, com a Faixa de Gaza. O governador se reúne com o presidente da República para discutir os incidentes na Faixa de Gaza. É ridículo! É uma aberração, quando o Brasil tem o Ministério das Relações Exteriores. E que influência tem o Brasil para tentar intermediar uma solução para um conflito em Gaza? Se isso já é um papel ridículo para o Ministério das Relações Exteriores, imagine para o governador do Estado da Bahia! Um governador que não consegue controlar a violência em sua terra! Um governador que permite sete homicídios diários em Salvador e na Região Metropolitana! É um governador que não quer trabalhar, que não gosta do trabalho! É um governador que está muito mais para atividades de embaixador do que para a dura e árdua tarefa de governar o do Estado da Bahia.

Na últimas 12 horas, deputado Clóvis Ferraz, oito pessoas foram assassinadas na Região Metropolitana de Salvador – oito pessoas! E sabe qual a justificativa recente para o aumento da criminalidade? Os assessores do governador dizem que é uma guerra do tráfico. Não se mata mais inocentes em Salvador. A Secretaria da Segurança diz que são jovens que morreram por estarem envolvidos na guerra do tráfico.

Passaram-se dois anos da atual administração, e o governador diz todo dia que está estruturando o setor, que vai contratar mais policiais. Como, se não houve concurso? Enquanto isso, Srs. Deputados, a população carente, moradores da periferia, predominantemente negros e jovens, e agora, segundo a polícia de Wagner, envolvidos com a guerra do tráfico. Pois é, essa população está morrendo sob o olhar complacente do governador e de seu aparato de segurança.

O governador faz uma farra de propaganda, o governador que utiliza a propaganda institucional como propaganda pessoal. O governador que espalhou faixas na cidade toda, Sr. Presidente, se autoagradecendo pela obra de Pituaçu, como se a torcida do Bahia estivesse satisfeita com o encaminhamento que ele deu, com a

solução que ele deu.

Concluindo, Sr. Presidente, quero mais uma vez chamar a atenção desta Casa para a verdadeira guerra a que a população de Salvador está sendo submetida.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria neste momento discordar da fala do nobre deputado João Carlos Bacelar. Primeiro, dizendo que é importante a questão do Oriente Médio para todos nós, assim como são importantes eventuais problemas que existam em qualquer lugar do mundo, porque o ser humano é um ser humano em qualquer lugar do mundo.

Estamos vendo um verdadeiro massacre na Faixa de Gaza, os palestinos sendo sacrificados, e o mundo inteiro tem que se posicionar. Assim como temos de chegar aqui e denunciar o grande império norte-americano e a sua crise, que por sinal atingiu o mundo inteiro, e só não atingiu mais o Brasil porque o presidente Lula preparou o País, porque a economia está mais sólida, porque o Brasil não é um País subserviente a esses norte-americanos.

Portanto, interessam os problemas do Brasil e também os problemas dos Estados Unidos, os do Oriente Médio, da Ásia, porque o ser humano é ser humano em qualquer lugar do mundo. O massacre dos palestinos, que está ocorrendo em função dos ataques de Israel, merece repúdio do mundo inteiro e o esforço pela busca de uma paz. Sem dúvida nenhuma, merece uma solução de paz que venha beneficiar a população do Oriente Médio e, conseqüentemente, a população do mundo inteiro.

Queria falar um pouco, Sr. Presidente, sobre o problema da violência. Mais uma vez quero dizer o seguinte: de 2006 para 2007, houve um crescimento da violência da ordem de 36%. De 2007 para 2008, o crescimento da violência foi da ordem de 34,3%. Então, são dois anos do governador Jaques Wagner. Ninguém aqui está afirmando, em nenhum momento afirmei que o problema da violência não é um problema sério, que não exija uma solução. Em nenhum momento disse isso. Aliás, esse problema da violência é antigo, histórico, e não é um problema só do Brasil. Mas no próprio Brasil o número de homicídios aumentou. Em 1979, era de 11.900, chegando a 51.000 em 2003. Cinquenta e um mil homicídios no Brasil em 2003! É, realmente, muito preocupante para todos nós.

Mas é importante, nobre deputado João Carlos Bacelar, não esquecer do que aconteceu de 2000 a 2005 em Salvador, o aumento da violência em Salvador de 2000 a 2005 foi da ordem de 252%, vejam bem, 252% foi o crescimento da violência em Salvador.

O crescimento da violência em Salvador, de 2006 a 2007, 36%; de 2007 a 2008, 34,6%; o aumento da violência em Salvador, de 2000 a 2005, foi de 252%.

Portanto, é uma situação muito grave, é uma situação antiga, é uma situação histórica e que precisa ser combatida, exatamente desenvolvendo uma política de punição para os verdadeiros responsáveis por essa situação. É preciso que haja

punição, é preciso que haja medidas estruturantes e é preciso que haja o fortalecimento e o aperfeiçoamento do aparato da segurança pública no nosso Estado, e isso o governo vem fazendo de forma muito sábia, porque vem buscando medidas estruturantes como forma de reduzir a violência no nosso Estado, na nossa cidade, na Região Metropolitana de Salvador e, ao mesmo tempo, o governo vem buscando medidas para aperfeiçoar a segurança pública no Estado da Bahia.

Portanto, essa questão da violência precisa ser vista de uma forma mais profunda, concreta, séria, porque é uma questão que deve preocupar toda a população.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o nobre deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembléia*, Galerias Paulo Jackson, é muito fácil fazer o discurso do deputado Álvaro Gomes, deputado sério, competente, combativo, mas é um deputado que incorporou o espírito do governo Jaques Wagner: não assumir as suas responsabilidades.

A Bahia precisa saber que, no Rio de Janeiro, deputado Clóvis Ferraz, os índices de violência estão baixando, a Bahia precisa saber que, em São Paulo, os índices de violência estão baixando, mas aqui, deputado Álvaro Gomes, é o contrário, a cada ano que passa os índices da violência aumentam e o que nos surpreende é que, no Orçamento em 2009, percentualmente, o investimento em segurança pública é menor que em 2008, e aí pergunto: será que o governo Jaques Wagner, deputado Heraldo Rocha, tem a segurança pública como prioridade? Será que o governo Jaques Wagner está preocupado com as mortes dos baianos?

Existem mais de 150 municípios na Bahia que não têm delegado. Cadê o interesse do governo de resolver? Cadê o interesse do governo de nomear? Este governo é muito bom no discurso, na balela, mas este governo precisa é trabalhar, este governo, deputado Isaac, nobre amigo e representante de Jequié, o seu governo precisa dizer ao povo da Bahia para que foi eleito, os baianos não querem mais saber de discursos, os baianos não querem mais saber se a culpa é de A, B, C ou D, os baianos querem soluções, os baianos querem sentir que este governo começa a trabalhar para resolver os nossos problemas. Mas, não, começam a falar da Faixa de Gaza, da guerra do Iraque e de vários problemas nacionais e internacionais enquanto os baianos morrem a cada dia.

Este é um governo sem compromisso. Para resolver os problemas externos, deputado Eliedson, primeiro deve fazer o dever de casa para depois discursar e querer resolver as guerras. Vamos acabar com a violência em nosso Estado. É claro que a violência e as guerras são problemas de todos nós. Mas a guerra maior são os problemas que estamos vivendo, são os homicídios, a falta de policiamento e a de gestão deste governo, que ainda não disse para que veio. Este governo, sim, é bom, como eu costumo falar, na propaganda. Se você liga a televisão é tanta propaganda

que os baianos se confundem se vivem na Bahia ou no primeiro mundo. É propaganda da saúde, é propaganda da cidadania, da ronda aos bairros e da segurança.

E quando vamos para as ruas, o que sentimos? Quando vamos discutir com a sociedade baiana, ela fala que ele não cumpre nada que prometeu. Este governo é um grande estelionato eleitoral. Este governo precisa acordar, este governo precisa trabalhar, este governo precisa sair do palanque e desses discursos que a Bahia não aguenta mais. Este governo tem que ter ação, este governo tem que ter começo, deputado Clóvis Ferraz, porque o fim deste governo a Bahia decidirá em 2010. Pelo menos que este governo tenha começo e meio, porque o fim a Bahia dará nas próximas eleições para governo do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz, por 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias Paulo Jackson, quero saudar o meu amigo conquistense, professor Jarbas, que nos dá a honra de sua presença nas Galerias.

Vou falar sobre um tema que, geralmente, não costumo falar, mas como esse assunto foi falado aqui, até provocou o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, que veio a esta tribuna antes, no ano passado, denunciar o candidato eleito a prefeito de Anagé, Elbson Soares, fazendo acusações levianas, sem nenhum conteúdo e sem nenhum respaldo de abuso de poder econômico na eleição de Anagé.

Pois bem, nosso candidato Elbson Soares, que derrotou Andréa naquele município, apoiada pelo ex-prefeito, Sr. Rubens, e tentou, inclusive, impedir a diplomação. Essa perseguição a Elbson Soares no município já vem de antes, a promotora e o juiz tentaram impedir o registro da candidatura, a diplomação e a posse do prefeito, mas a justiça foi feita, Bibi registrou a candidatura, Bibi, Elbson Soares, conhecido como Bibi, foi diplomado e tomou posse, é um prefeito eleito pela quinta vez no município e tem o respaldo popular, porque sempre fez um bom trabalho no município.

Imaginem os Srs que os mesmos que vieram aqui denunciar, e a candidata a prefeita que denunciou possíveis abusos na eleição, foram os que deixaram o município de Anagé destruído.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Sr. Presidente, gostaria de ter a minha palavra assegurada.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Srs. Deputados, peço silêncio, pois há um orador na tribuna e nós gostaríamos de ouvi-lo. o Plenário pede silêncio para que o orador possa continuar com seu discurso. Retorno a palavra ao deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Obrigado, Sr. Presidente. Então, esses que denunciaram foram os que deixaram o município destruído. Na área de saúde, estou aqui com fotografias, o hospital totalmente destruído. E o que é mais grave, uma série

de débitos. Estou aqui com uma certidão positiva de débito da Embasa, um ano sem pagar as contas. O prefeito que saiu, o Sr. Rubens, deixou vários outros débitos de Anagé. O hospital destruído, a saúde destruída. Sequer foi entregar a Prefeitura ao prefeito eleito.

Estamos vendo, são diversos municípios onde têm ocorrido isso. É preciso que o Ministério Público tome providências, porque o prefeito, estou citando aqui o caso específico de Anagé, que deixou o município destruído não passou nada, e o prefeito atual, o Sr. Elbson, entrou com uma ação na Justiça, porque não passou nada de restos a pagar, absolutamente nada. Deixou simplesmente as secretarias abandonadas. Há uma ação na Justiça movida pelo prefeito atual, Sr. Elbson Soares; existe uma resolução do Tribunal de Contas dos Municípios que obriga prefeitos, vice-prefeitos e vereadores a passarem a administração aos sucessores. No caso de Anagé, não houve nada disso, além de ter deixado as diversas secretarias e a área de saúde destruídas, existem vários débitos. Aqui tem uma certidão de débito da Embasa de 190 mil reais, um ano sem pagar as contas da Embasa, a Prefeitura de Anagé deixou...

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...)vários outros débitos que estão sendo levantados e, o que é pior, do dia 22 ao dia 31/12/2008, pasmem os senhores, foram feitas diversas compras para a merenda escolar. No dia 22, todos sabem que as escolas estão de férias, diversas compras, e chegou lá a cobrança na Prefeitura, o prefeito perguntou onde estão esses materiais: talheres, copos, alimentação. Perguntou a quem levou as notas...

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Para concluir, nobre deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) que as apresentassem, porque nada foi encontrado. Como é que do dia 22 de dezembro ao dia 31 foram feitas 17 mil de compras para a merenda escolar se as escolas estão de férias? E esse material não é encontrado!

Então, estou fazendo essa denúncia aqui, mas sei que existem vários outros municípios – e o Ministério Público deveria tomar providências – cujas prefeituras foram deixadas na chamada terra arrasada. Estou fazendo a denúncia específica sobre Anagé, que é um caso grave. Mas o prefeito atual, Sr. Elbson Soares, já entrou na Justiça para que sejam tomadas as devidas providências.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Convido a deputada Maria Luiza Laudano a tomar assento à Mesa, uma vez que o deputado Isaac Cunha vai fazer uso da palavra.

Com a palavra o deputado Isaac Cunha, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, muitas vezes usamos esta tribuna até para dar notícias não muito agradáveis, mas creio que não só para boas notícias serve esta tribuna, mas também para fazer críticas

e denúncias, e também elogiar. E um dos motivos por que ocupo esta tribuna, neste momento, é o elogio que venho fazer ao nosso governador, Sr. Jaques Wagner, pela presteza e pelo serviço que vem prestando à nossa cidade de Jequié, mas, principalmente, à Bahia toda.

Jequié está dentro do Programa de Internação Domiciliar. No dia 23, o governo do Estado estará inaugurando simbolicamente em Jequié – porque já começou a funcionar no município, assim como em outras cidades – o Programa de Internação Domiciliar, que tem prestado um grande serviço à comunidade.

Outros benefícios também serão entregues em Jequié, como a ampliação do Hospital Regional Prado Valadares e a Empresa Cidadã. Inclusive, uma entidade das donas-de-casa, coordenada, presidida por uma companheira nossa, Marinelma, receberá das mãos do nosso governador o galpão onde funcionará a Empresa Cidadã, e ela assinará o termo de posse para administrá-lo.

Mas também quero anunciar que, recentemente, fizemos uma indicação ao governador Jaques Wagner e ao secretário estadual da Saúde, Dr. Jorge Solla, para a implantação dos serviços de Neurocirurgia e Hemodinâmica e a criação de uma unidade de assistência de alta complexidade cardiovascular no Hospital Prado Valadares. Fizemos essa indicação porque nossa cidade é um polo regional que atende inúmeros casos dessa natureza. E algumas vezes os pacientes acabam sendo removidos para Salvador por não termos esse tipo de atendimento em nossa cidade. Não é só para atender ao povo de Jequié, mas a toda a região carente e que precisa desse serviço em nosso município.

Já fizemos esse encaminhamento ao nosso governador e ao nosso querido Dr. Jorge Solla para a implantação desses serviços em função da grande necessidade de tê-los implantados no Município de Jequié, porque pacientes com esses problemas são removidos para Salvador e muitos deles não conseguem chegar a tempo, ainda com vida, à capital. O funcionamento desses serviços beneficiará todos os que deles necessitam.

Quero lamentar nesta tarde a morte da companheira Júnia, barbaramente assassinada três semanas atrás na nossa cidade de Jequié. Era uma companheira combativa. Foi presidente da Juventude Petista do nosso município e professora do Estado. Quero deixar para a família meus sentimentos e os desta Casa, porque uma companheira da natureza de Júnia, que muito tempo lutou bravamente cumprindo seu papel de cidadã lá no interior, demonstrou sua competência enquanto educadora jequieense.

Mas também gostaria, Sr. Presidente, de só mais um minuto para que possa anunciar que eu e a deputada Neusa Cadore, no dia 16 de dezembro, fizemos a indicação dum projeto de resolução aqui nesta Casa para a concessão do título de cidadã à grande companheira Dilma Rousseff pelos seus grandes serviços prestados à comunidade, ao povo ao Brasil na Pasta que dirige, pela coordenação que ela faz de todos os ministérios e pela figura que é no papel que vem cumprindo dentro da sua militância política de esquerda. Portanto, estamos encaminhando à Assembleia o pedido de título de cidadã baiana para a companheira Dilma Rousseff.

Então estas são as minhas falas por hoje, nesta tarde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras que se encontram nas Galerias Paulo Jackson, quero saudar também o Sr. Jarbas, meu amigo tanto quanto do deputado Clóvis Ferraz.

Aliás, subo a esta tribuna para falar elegantemente, de forma ponderada, dirigindo-me ao meu colega de Ensino Médio por 3 anos na Escola Normal Euclides Dantas, o deputado Clóvis Ferraz, meu amigo, companheiro de residência estudantil, para dizer que as informações que aqui prestei, as denúncias que fiz foram do Ministério Público.

Ele já me pediu desculpas. Inclusive, mesmo o deputado tendo procedido assim, reafirmo que não fiz nenhuma acusação leviana, até porque o termo não é adequado a uma figura educada e elegante como o deputado Clóvis Ferraz, amigo com quem, embora sempre em lados opostos, desde a época do movimento estudantil, sempre mantive uma relação de respeito e consideração. Por isso, tenho certeza de que ele vai mandar retirar das notas taquigráficas a expressão “acusação leviana”, porque a leitura que fiz daqui foi dum documento do próprio MP, até porque também tenho respeito pelo prefeito alvo das denúncias.

Pessoalmente, não tenho nada contra ninguém na política. A política é a arte do imponderável. Portanto, do ponto de vista pessoal, é muito bom sempre que a gente mantenha relações preservadas e algumas vezes até relações amigas, companheiras. Então vou pedir ao deputado Clóvis Ferraz, uma vez confirmada nas notas taquigráficas a frase proferida por ele aqui na tribuna, que a retire porque não fiz acusações levianas. Apenas realizei a leitura do documento do Ministério Público que denunciou o comportamento inadequado, equivocado do então candidato naquele processo eleitoral. Por isso, não se trata de acusações levianas, mas sim de denúncias que desta tribuna li *ipsis litteris*, na íntegra, baseadas no que o Ministério Público pôde acolher no município de Anagé.

Quero, em segundo lugar, dizer que respeitosa e também faço a defesa do prefeito Rubens Oliveira, conhecido popularmente como Rubinho, um homem de bem, de conduta ilibada, de caráter retilíneo, uma pessoa muito reconhecida na região Sudoeste da Bahia e que tratou com zelo, com dedicação, com cuidado, com honestidade, a administração pública do município de Anagé.

As acusações que o deputado faz devem ser alvo da mais precisa e minuciosa apreciação, avaliação, averiguação. Aliás, todas as denúncias feitas, especialmente por parlamentares, devem, sim, ser alvo de avaliação minuciosa, profunda, contundente, porque cabe ao parlamentar a prerrogativa constitucional da fiscalização dos recursos públicos para impedir a malversação, o desvio, do recurso público, especialmente em municípios pobres, carentes, como é o caso de município de Anagé.

Portanto que essas denúncias sejam feitas adequadamente no Ministério Público para que ele possa averiguar a procedência do que apresentou o deputado Clóvis Ferraz . Mas não posso deixar de fazer a defesa do ex-prefeito Rubens Oliveira, Rubinho, que é um homem muito decente, um excelente prefeito, um homem que conduziu os destinos daquele município com muita honestidade, com muita seriedade.

São essas observações que eu queria fazer solicitando ao meu colega, amigo, que embora em lado oposto, sempre manteve comigo e eu reciprocamente com ele uma relação de respeito e de amizade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Grande expediente.

Com a palavra o nobre orador inscrito pelo partido Democratas, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 25 minutos. V.Ex^a chega à tribuna às 15h23min.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente deputado Reinaldo Braga, é uma honra muito grande vê-lo presidindo esta sessão, V.Ex^a que tem uma história neste Parlamento. Como V.Ex^a não é candidato a presidente, digo que é para nós uma admiração muito grande vê-lo na presidência, talvez seja para conduzir o dia da eleição.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, internautas que acompanham esta sessão através do nosso site www.heraldorocha.com.br, hoje, trazemos um assunto que já deveria ser matéria vencida no governo Jaques Wagner.

Em primeiro lugar, deputado João Bacelar, V.Ex^a que participou com as nossas lideranças, Paulo Souto, César Borges, ACM Neto, ACM Júnior, Aleluia e tantos outros companheiros deputados, há algum tempo que frequento com muita satisfação, com muito fervor a Lavagem do Bonfim, as festas do nosso padroeiro. Faz mais ou menos 30 anos que participo daquela caminhada cívica e religiosa, mas nunca vi uma situação como a de quinta-feira próxima passada. A cada 100 metros, o governo do Estado colocava faixas utilizando recursos públicos, institucionais, envolvendo inclusive, a torcida do Bahia. Foram fotografadas pela nossa assessoria, temos aqui algumas faixas: “A Bahia está em festa. Salve o Senhor do Bonfim!” com o logotipo, com a logomarca do governo Jaques Wagner.

Ao lado, uma faixa agradecendo ao governador Wagner o Pituauçu. Pituauçu é tricolor. A faixa tinha os seguintes dizeres: “Obrigado, governador Wagner; Torcida, povão; A fiel abraça Pituauçu; Obrigado Wagner; Glória a Ti neste dia de glória; Obrigado, Wagner; A Bahia está em festa; Salve o Senhor do Bonfim; O governo faz e sua vida melhora”. Senhoras e senhores, os recursos aplicados a cada 100 metros na lavagem do Bonfim são recursos institucionais. São recursos públicos.

A Bancada de Oposição – liderada pelo deputado Gildásio Penedo e assinada

pelo deputado Paulo Azi, José Nunes, este deputado que vos fala, Sandro Régis, João Carlos Bacelar, Luiz de Deus e Clóvis Ferraz – deu entrada em uma representação no ano passado, por prática de ato de improbidade administrativa: . (lê) *“Representação por Prática de Ato de Improbidade Administrativa (promoção pessoal), contra o Governador do Estado da Bahia, Sr. Jaques Wagner, pelos seguintes fatos e fundamentos:*

I- Da Legitimidade

O Art. 14 da Lei nº 8.429/92 confere a qualquer cidadão o direito de representar ao Ministério Público a instauração de investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade administrativa. Vejamos:

“Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar pratica de ato de improbidade”.

E naquela oportunidade, quando entramos com a representação, em abril de 2008, a nossa bancada constatou, em diversos pontos da cidade do Salvador, centenas de faixas com teor autopromocional em relação à pessoa do excelentíssimo senhor governador do estado.

O Sr. João Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Dirigimo-nos ao Ministério Público naquela oportunidade com esta representação, em que mais uma vez – deputado João Bacelar, darei um aparte a V.Ex^a – à custa do dinheiro público e do dinheiro do povo, o governo da Bahia, num ato de improbidade, reitera a prática de promoção pessoal do governador. E se isso não bastasse, há uma prova para quem foi à Lavagem do Bonfim. Quem foi à caminhada cívica e religiosa pôde constatar. Nós fotografamos. Nós filmamos. Estamos enviando uma representação ao Ministério Público amanhã e vamos entregá-la, novamente, ao procurador geral com fotos como uma prova de mais uma atitude de improbidade administrativa deste governo.

Com o aparte o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a trata realmente de um assunto da maior importância. O governador tem sido useiro e vezeiro em se utilizar de recursos públicos para a propaganda pessoal. O que nós pudemos observar na Lavagem do Bonfim e em todos os bairros populares da cidade é o que popularmente se chama de malandragem carioca. O governador usou uma típica malandragem carioca. Faixas supostamente assinadas pela torcida do Bahia agradecendo as obras do estádio de Pituaçu pregadas a faixas enaltecendo obras estaduais.

Sr. Líder Waldenor Pereira, V.Ex^a, que tanto batalha para o republicanismo das ações de governo, se estivesse na Lavagem do Bonfim, em Salvador, não sei se V.Ex^a estava, mas tenho certeza de que V.Ex^a ficaria envergonhado pela utilização do dinheiro do povo em propaganda do Sr. Jaques Wagner.

E por coincidência, deputado Heraldo Rocha, o governador, no domingo à noite, dava uma entrevista e dizia que o nome dele não está numa melhor posição como candidato a presidente da República por falta de propaganda. É muita

coincidência. Todos os bairros populares de Salvador estão cheios de faixas supostamente assinadas por torcidas organizadas do Bahia. O Bahia, que tem no governador Jaques Wagner um grande inimigo, um grande pé-frio, uma *persona non grata*. E está a cidade lotada de faixas de facções de torcidas organizadas parabenizando o governador.

Como eu disse, as faixas presas às faixas do governo do Estado. O náilon das faixas é o mesmo, a letra das faixas é a mesma, e quem pagou as faixas foi o mesmo cofre. Isto é, os cofres públicos, o dinheiro do povo da Bahia. Wagner, não menospreze os baianos. Essa malandragenzinha carioca não vai pegar. Esperamos que o Ministério Público tome as devidas providências.

O Sr. HERALDO ROCHA:- “Glória a ti neste dia de glória”, com a logomarca do governo do Estado. Ao lado, “A Bamor agradece ao governador Jaques Wagner”. “Pituaçu é tricolor. Obrigado governador Jaques Wagner, Torcida Povão”.

Nós, quando entramos com a representação, naquela oportunidade, e até o momento o Ministério Público não nos respondeu, foi a respeito daquelas faixas colocadas por esse governo republicano, democrático. As faixas diziam os seguintes dizeres: “31 novos carros para o Corpo de Bombeiros”; “Mais segurança, prioridade do governo Wagner”; “40 novas ambulâncias para os hospitais regionais”; “Saúde é prioridade do governador Jaques Wagner”. Que saúde? Basta ir às emergências dos hospitais, ao Roberto Santos, ao HGE, a todos os outros hospitais.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou dar um aparte a V.Ex^a. Há um paciente de Valença que sofreu um acidente e tem dez dias no HGE com uma fratura de coluna. Está lá, jogado na emergência do hospital, sem operação. Não vou dar o nome por uma questão de ética. Mas se quiserem não darei um só, mas muitos nomes.

Observa-se que algumas das faixas autopromocionais estavam ao lado das outras faixas que continham a logomarca do governo do Estado. Assessoria de Comunicação do Governador é muito fraca. Outro dia eu ouvia um publicitário e também jornalista, e ele dissera para mim que o governo é fraco, mas que o setor de publicidade do governo é muito mais fraco ainda. E esta frase que se espalha pela cidade: *o governo faz sua vida melhorar*; é um negócio sem pé nem cabeça. Quem entende esse governo? Uma propaganda realmente bastante primária, por isso que está mal, pois este governo nem sabe fazer propaganda.

Ano passado, colocamos um outdoor que incomodou muito o governo e novos outdoors estarão saindo dentro de pouco tempo, a Bancada de Oposição vai colocá-los na cidade e um deles será: Atitude da Propaganda Enganosa do Estado da Bahia. Só que o povo da Bahia, eu vim...

Pois não, deputado, darei o aparte a V.Ex^a.

(...) do interior esta semana, almocei em várias cidades e pergunto às pessoas: Quantas salas de aula o Governo Wagner construiu em Valença? Zero.

Quantas salas de aula o Governo construiu em Itaperoá? Zero. Em Cairu? Zero. Em Grapiúna? Zero. Em Vitória da Conquista, terra do nosso Líder? Zero. Em Itapetinga? Zero. Em Itambé? Zero.

Este final de semana que vem, estarei indo a Conquista para paraninfar uma turma de professores, onde a minha particular amiga, vice-prefeita de Macarani estará sendo diplomada em Psicologia, e lá vou perguntar quantas salas de aula o governo construiu aqui em Conquista. Então, não adianta fazer essa propaganda institucional.

Todos sabem na Bahia que sou torcedor do Esporte Clube Vitória, mas meus filhos são torcedores do Esporte Clube Bahia que, por sinal, mais uma vez já começou o campeonato mal empatando, enquanto o Vitória ganhou de 3 a 0. Deu chocolate no Atlético.

Deputado Sandro, V.Ex^a que é um deputado torcedor do Bahia, será que a Fiel abraça Pituaçu e agradece a Wagner?

Com o aparte V.Ex^a, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Líder Heraldo Rocha, primeiramente quero parabenizá-lo por esse belíssimo discurso que faz dessa tribuna.

Quer dizer, deputado Heraldo Rocha, eu não posso falar pela Fiel nem por nenhuma torcida organizada, mas por torcedores conscientes do Bahia como eu. Nós não abraçamos o Governador Jaques Wagner, o qual demorou mais de um ano para entregar o Estádio de Pituaçu e agora o entrega com a capacidade de 16 mil pagantes, público esse que está acostumado a ir ao Fazendão para ver os treinos do Bahia; então, prova que assim como a segurança pública não é prioridade no Governo Jaques Wagner, o esporte também não é prioridade.

Infelizmente, deputado Heraldo Rocha, ficamos na segunda divisão. Graças ao Senhor Divino Espírito Santo que o Bahia ficou o ano passado todo sem jogar e, diga-se de passagem, quando existia a Fonte Nova e o Governador ia, o Bahia perdia.

Meu muito obrigado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Diante a prática da promoção pessoal do Exm^o Sr. Governador, o que tem-se que fazer é isso mesmo: vamos entrar com uma representação no Ministério Público, porque ele não tem obras para apresentar.

Se vai-se para o lado da segurança pública, o número de homicídios é altíssimo. Nós tivemos um aumento neste ano, em janeiro, de 40% nos homicídios em relação ao ano passado.

Se vamos para o lado das estradas... Ontem, passava eu pela BR-324, trecho de Feira de Santana, e fiquei preocupado. Comentei hoje com a deputada Eliana sobre a estrada. Os nossos parlamentares que passam por ela quase todos os dias, pela manhã, pela noite...

A rodovia Feira-Salvador é uma coisa absurda. Eu fiquei horrorizado ontem com as condições da estrada. Em razão do número de acidentes ocorridos nela, eu acredito que a BR-324 seja considerada a estrada da morte.

E o governador não pode fazer propaganda, mas aproveita a Lavagem do Bonfim para fazer propaganda institucional, propaganda pessoal. A propaganda institucional deve ter como foco principal informar ao cidadão baiano as realizações do Estado e não as mentiras que coloca como, por exemplo, Água Para Todos! Que água para todos? Hospital do Subúrbio! Que hospital do subúrbio?

Investimentos novos na Bahia! Como o deputado João Bacelar sempre tem denunciado, nas 17 viagens que o governador fez ao exterior o que foi, até agora, que trouxe de investimentos para a Bahia? Quais foram as medidas que o governo do Estado da Bahia tomou a respeito da grave crise econômica por que atravessa o nosso País?

Então, vejam, senhoras e senhores, que o que governo sabe fazer é mandar para a Assembléia um projeto de lei que acaba com a estabilidade econômica do servidor público estadual, um direito adquirido pelo servidor público à custa do seu esforço, do seu trabalho. E manda uma PEC que não vai passar. Eu, se fosse o deputado Waldenor, retirava logo de pauta a PEC que acaba com a estabilidade econômica do servidor, que não vai passar nesta Casa. E envia também uma pegadinha, um projeto de lei que corrói a estabilidade econômica do servidor que já a adquiriu!

Hoje, determinei à minha assessoria que enviasse um ofício a todos os sindicatos de servidores públicos para que me digam suas posições, se são ou não a favor da estabilidade econômica do servidor, porque não estão-se manifestando. Não estão-se manifestando.

Tivemos aqui problemas seríssimos, e estamos tendo, com os delegados, a Polícia Civil, os defensores públicos, os procuradores estaduais, os procuradores autárquicos, estamos com problemas com o projeto do Fisco e as entidades não se manifestam! O que podemos pensar disso? Foi a Mesa de Negociação que resolveu tudo? Sempre dissemos aqui que a tal era a “mesa de enganação”.

O que tem feito, nesses dias de convocação extraordinária, a nossa Bancada de Oposição? E, hoje, o assessor da Liderança, Aguiar, nos chamava a atenção, a mim e a João Carlos Bacelar: Dr. Heraldito, o senhor tem visto que a maioria dos projetos que vieram para esta Casa tiveram de ser remendados pela Oposição? Todos!

E o secretário da Administração tem a ousadia, a coragem de ir para os jornais dizer que todos os projetos que vieram do governo foram negociados com as categorias. Permita-me, Sr. Secretário: S.Ex^a está faltando com a verdade para não o chamar de mentiroso. S.Ex^a está faltando com a verdade! E as categorias estão aqui constantemente. Hoje, nos reunimos com os defensores, hoje, nos reunimos com os procuradores. Amanhã de manhã, teremos uma audiência pública, no Plenarinho, com os procuradores. Na semana passada, o deputado Eliedson colocou desta tribuna a situação dos defensores públicos. Se não fosse a nossa Bancada, nós não teríamos consertado aquela colcha de retalhos que era a Lei Orgânica da Polícia Civil, que foi a reestruturação da Polícia Militar. A nossa assessoria tem trabalhado 24 horas no ar.

Mas, para concluir, quero comunicar que essa propaganda enganosa, institucional... Quero fazer um apelo ao Ministério Público Estadual, ao Sr. Procurador: agilize o julgamento dessa propaganda institucional, promocional. Para o Exm^o Sr. Governador: Sr. Governador, peça perdão ao nosso padroeiro. Vá novamente à Colina Sagrada, ao nosso Senhor do Bonfim, e peça perdão a ele, porque o que foi feito pela sua assessoria é vergonhoso, com dinheiro público fazer a promoção pessoal de V.Ex^a, desde quando V.Ex^a não tem nenhum plano de governo para mostrar ao povo da Bahia, tem que mostrar a sua promoção pessoal através da

propaganda institucional.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a PRESIDENTE (Marizete Pereira):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PMN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, falaremos, durante 5 minutos cada, o deputado Zé Neto e eu.

A Sr^a PRESIDENTE (Marizete Pereira):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr^a Presidente, meus colegas deputados, minhas colegas deputadas e todos que neste momento nos dão a satisfação de acompanhar nossa fala, estou a cada dia mais impressionado com a capacidade desses que fazem oposição de tentarem - estão tentando, V.Ex^a ouviu, não foi, deputado? - fazer com que nós fiquemos parecidos com quem nós derrotamos. O discurso, por exemplo, fez a faixa no mesmo lugar, o povo foi lá, mas não foi o povo, foram eles mesmos. Está parecido com o roteiro, deputado João Carlos Bacelar, que nós já derrotamos.

A grande obra, deputado João Bacelar, a grande obra, deputado Heraldo Rocha, do nosso governo começou quando nós derrotamos a destruição que vinha acontecendo no nosso Estado. A obra maior do governo Wagner é a transparência. A obra maior do governo Wagner é trazer para esta Casa todas as categorias e estar entregando, gradativamente, uma nova vida, uma nova esperança, uma nova concepção, um novo roteiro. O Estado estava entregue aos escândalos do jaleco branco, o da Ebal, com seus 620 milhões, o da Bahiatursa, com 178 milhões, o da Saúde, com quase 220 milhões. E nós, deputados, não tínhamos acesso nem sequer à senha para fiscalizarmos como parlamentares as contas estaduais. Essa é a grande, a maior obra que acho que estamos entregando à Bahia para que ela se liberte. E os passos já foram bem dados.

Agora as obras físicas, aquelas que eram feitas sem controle técnico, sem licitação, sem PGE, como faziam na Ebal com os contratos feitos na “sombriinha”, essas nós não vamos fazer como se fazia. Estamos entregando estradas como nunca se fez nesta Bahia. Basta andar um pouco, que vocês verão que em todas as regiões baianas hoje há construção de estradas com melhores preços, melhores condições e, tenho certeza, mais possibilidade de as termos trazendo desenvolvimento.

Mas não é só isso. Ouço tantas reclamações aqui com relação à Segurança Pública. Eu queria dizer que nunca se fez tanto nos últimos 40 anos, em tão pouco tempo, para buscar reestruturar de verdade um setor que não tinha Regimento como o da Polícia Militar. Não havia Regimento, não havia carreira. Na Polícia Civil não havia possibilidades de que nenhum daqueles que fazem parte da ampla categoria de delegados, policiais e escrivães tivesse seu avanço profissional. E entregamos semana passada uma norma regulamentando, possibilitando avanços e dando-lhes condição. Sem contar que contratamos 1.170, e está sendo contratado agora o restante, dum

concurso de 1997. Foram 10 anos de “embromation”. Mas já contratamos uma grande parte. Os demais estão fazendo curso. Serão 1.170 novos policiais e 98 delegados que também estavam no “embromation”. Vamos lembrar: foram 3.220 policiais ano passado. Este ano, até agosto, mais 3.200, ou seja, um total de mais de 6.400. Além de outras coisas físicas que eu poderia passar a tarde toda falando.

Mas eu quero pontuar: não repitam a mentira, porque aquela fase de repetir uma mentira para que esta se torne verdade, com a nossa transparência, não cola.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Inicialmente quero saudar os fazendários, representados aqui pelo Sindsefaz, que estão nesta Casa em busca do debate e da aprovação do projeto que não se encontra em discussão nesta convocação extraordinária, mas havendo acordo entre a Oposição e a Situação ele poderá entrar em pauta.

Os fazendários se encontram na Assembleia acompanhando os trabalhos, e é muito importante esta participação do Sindsefaz e da categoria no Poder Legislativo do Estado da Bahia.

Em segundo lugar, eu gostaria de contestar as colocações do nobre deputado Heraldo Rocha. Primeiro dizendo que nunca a Bahia passou por um momento tão rico de debate como o que estamos passando hoje, quando nós deputados vimos discutindo com diversos segmentos do funcionalismo público vários projetos de lei, mas com uma diferença muito grande: no passado não havia a discussão, não havia a mesa permanente de discussão, não havia a interação entre o governo e os segmentos da sociedade. Tanto que os projetos do Executivo apresentados a esta Casa naquela época, não eram corrigidos, nobre deputado Isaac Cunha. Não eram corrigidos, sequer, erros ortográficos. Era proibido emendas para corrigir erros ortográficos. Não se corrigia. Do jeito que chegavam eram aprovados.

O momento hoje é diferente. O projeto chega. Chega com erros? Sim. Chega com problemas? Sim. Mas esses problemas são corrigidos, pois o Governo não tem receio de corrigir erros e equívocos que por acaso cheguem com seus projetos.

Várias correções já foram feitas, dezenas de emendas foram aceitas nos diversos projetos: aperfeiçoando-os, corrigindo erros, equívocos, mudando, melhorando. Isso não acontecia no passado.

Sendo assim, vivemos um momento rico. Evidentemente onde há discussão, democracia, transparência, há o debate, há sugestões, há o aperfeiçoamento, há o confronto de idéias. É isso que estamos vivendo hoje. Portanto, vivemos um momento rico de democracia, de debate, de participação da sociedade, das entidades sindicais e sociais no governo democrático, no governo de progresso.

Concluindo, Sr. Presidente, quero informar oficialmente da tribuna desta Casa que o nosso partido, depois de várias reuniões, de vários debates e amadurecimento, o nosso partido fechou uma posição unificada, harmônica, firme, consistente no apoio a

reeleição do deputado Marcelo Nilo a presidência da Assembléia Legislativa.

A Sr^a PRESIDENTE (Marizete Pereira):- Quero pedir licença e permissão para interromper V.Ex^a, para, com muito prazer, receber o deputado federal Nelson Pelegrino.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Grande deputado Nelson Pelegrino. Nossa saudação.

O nosso partido tomou a decisão de apoiar o deputado Marcelo Nilo por entender que assim como na sociedade, aqui, na Assembléia Legislativa, há um confronto de idéias de opiniões, de posições. De um lado o deputado Marcelo Nilo, nesse momento representa as forças progressistas, avançadas, da transformação. Por outro lado, o candidato de Oposição, que representa as forças conservadores, as forças do atraso. Portanto deliberamos de forma consensual, de forma unânime.

O nosso partido, eu, o deputado Javier Alfaya, Edson Pimenta, definimos de forma unificada, unânime, o apoio a candidatura de Marcelo Nilo para a presidência desta Casa. Já fizemos esse comunicado oficial ao próprio governador do Estado, na semana passada, no Palácio de Ondina. Fizemos também um comunicado ao nobre presidente Marcelo Nilo de que o nosso apoio é firme, a uma candidatura que representa as forças progressistas contra uma candidatura que representa as forças do atraso. A candidatura de Oposição representa as forças conservadoras e do atraso. Portanto o nosso apoio a candidatura do nobre presidente Marcelo Nilo.

Quero, mais uma vez, saudar os fazendários- que entram mais uma vez nas galerias Paulo Jackson- e dizer que esse projeto será aprovado sem dúvida alguma, ainda que não seja na Convocação Extraordinária, mas imediatamente será aprovado e, havendo acordo entre a Bancada da Oposição e o governo, esse é um projeto que o governo tem todo o interesse em votar e aprovar, no entanto precisa haver o acordo. A Bancada da Oposição aceitando, esse projeto será incluído de imediato na convocação extraordinária e será votado. Mas se isso não for possível, ainda assim a Bancada governista vai bancar e aprová-lo após o recesso parlamentar, logo no início.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- É o PMN.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr^a Presidenta...

O Sr. Gaban:- Sr^a Presidenta, enquanto decidem, peço-lhe uma questão de ordem. Concedida, Sr^a Presidenta?

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Com certeza, concedida.

O Sr. Gaban:- Eu gostaria, Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, de falar apenas para colocar as coisas em seus devidos lugares. Agora o deputado Álvaro Gomes faz um pronunciamento e joga para a platéia..., mas nesta Casa não pode existir isso. O deputado Álvaro Gomes sabe disso, participou das reuniões que definiram a pauta de

votação. Não pode vir com discurso demagógico aqui, porque a Oposição não está usando discurso demagógico, sobretudo no que diz respeito ao funcionalismo público. Não pode querer jogar para a platéia dizendo que se houver uma concordância será votado de imediato o projeto do Fisco, porque não fez parte da convocação extraordinária.

E o Regimento da Casa, o deputado Álvaro Gomes tem obrigação de conhecer, e conhece, ele não pode dizer que desconhece o Regimento Interno desta Casa, e fica dizendo que se houver concordância... Não pode, convocação extraordinária é pauta específica, deputado Álvaro Gomes, teria que ser editado. E o Líder do governo, deputado Waldenor, tem sido de uma correção que não poderia ser diferente. Fiz até pronunciamento na semana passada elogiando a postura que o deputado Waldenor tem tido, sobretudo do mês de dezembro para cá, e tem facilitado para que a gente possa votar todos os projetos do governo por unanimidade.

O compromisso que existe dos 63 parlamentares desta Casa no que diz respeito à remuneração, plano de carreira do servidor público, entrando em concordância, vota-se por acordo com dispensa de formalidades. Agora, querer dizer que o projeto do Fisco pode ser votado, é demagogia barata, com todo o respeito que tenho ao pessoal do Fisco, porque não faz parte da convocação extraordinária.

Então, não podemos discutir um projeto, tentar falar que vamos discutir um projeto que não faz parte da convocação extraordinária. Isso é atirar no próprio pé, é atirar contra a Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo. Isso temos que respeitar e não podemos fazer conotação politiqueira dessa natureza nesta Casa.

Apenas para ficar o registro, porque acordo tem que ser cumprido, e o Regimento é muito claro: só faz parte de convocação extraordinária a pauta específica. E na pauta específica, felizmente ou infelizmente, não sei, não consta o projeto do Fisco. É um projeto importantíssimo, a Casa toda concorda, a Secretaria da Fazenda é um dos órgãos mais importantes da estrutura de qualquer governo, os governos são passageiros, mas a estrutura de governo fica. É um projeto que temos que analisar com cuidado no momento certo para prestigiar, naturalmente, todas as categorias. Não se deve usar a demagogia dizendo que, se quiser, o projeto pode ser aprovado agora. Não pode porque não faz parte da convocação extraordinária.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidenta, questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre deputado Gaban, talvez V.Ex^a não tenha prestado atenção ao que eu falei. Em nenhum momento propus aqui o descumprimento do acordo. O que falei aqui foi que não fez parte do acordo a inclusão do projeto do Fisco na convocação extraordinária. Portanto, esse projeto não está previsto para ser votado na convocação extraordinária. Falei isso e também acrescentei o seguinte: havendo acordo – porque as pessoas também refletem, mudam de opinião, as pessoas ouvem as entidades e podem chegar a um acordo -, chegando-se a um acordo, o Líder da Oposição, concordando que esse projeto seja discutido ainda na convocação extraordinária, há um mecanismo no próprio Regimento Interno – V.Ex^a também

naturalmente entende, pois já foi presidente desta Assembleia Legislativa – que diz que, havendo um acordo, pode haver um aditamento e a inclusão.

O que falei ainda, acrescentando, é que, independentemente de qualquer coisa, se esse projeto não for discutido na convocação extraordinária por falta de acordo, o que falei aqui e reafirmo, com todas as letras, é o seguinte: a Bancada do governo Jaques Wagner vai bancar esse projeto na primeira ou segunda semana após o recesso parlamentar, e vamos utilizar todas as formas para aprová-lo. (Palmas nas Galerias) Foi isso que afirmei aqui. Afirmei que o acordo tem que ser cumprido – ninguém está propondo aqui o seu descumprimento, em nenhum momento. Agora, se o Líder do governo concordar, naturalmente, o projeto poderá ser aditado. E, não sendo aditado, na primeira ou segunda semana do retorno parlamentar, a Bancada governista vai bancar, defender e colocar em discussão e votação o projeto de lei do Fisco, porque entende que isso é melhor para os fazendários, incluindo aí auditores e agentes de tributos, todos os fazendários, e isso é melhor também, do meu ponto de vista, para a Bahia, para melhorar o serviço público, para melhorar a situação no nosso Estado. Isso é um ponto de vista que eu defendo. (Palmas nas Galerias.)

Portanto, não estou propondo, em nenhum momento, o descumprimento do acordo. Muito pelo contrário, o acordo tem que ser mantido. Agora, é claro que a evolução dos debates, das discussões, poderá fazer com que se chegue a um novo consenso. Esse é o meu ponto de vista.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Com algumas colocações, deputado Álvaro Gomes, que V.Ex^a faz, eu até posso concordar, porque estava efetivamente discutindo projeto importantíssimo que, em princípio, estava previsto, no acordo que foi feito na semana passada, na terça-feira, para a votação desse projeto, estava previsto projeto da Secretaria da Saúde, que têm consenso. Estava discutindo esse projeto neste momento, já que estava previsto para a pauta de votação amanhã. Mas V.Ex^a volta ao assunto e, aí, contradiz o que disse. Primeiro: o Líder do governo Waldenor sabe, e V.Ex^a também, que não depende dele para esse projeto ser votado. O projeto do Fisco teria que fazer parte da convocação extraordinária, que tem pauta específica.

Eu não quero polemizar com outro assunto, mas vou ser obrigado a tocar no assunto do qual até já dei hoje uma notícia a respeito, em algum *blog* aí. Primeiro, ninguém tem competência para aditar uma convocação extraordinária se não houver acordo de todas as Lideranças. E houve já um aditamento de pauta. Não podemos transformar esta Casa, fazer o que se quer e jogar fora o Regimento. Eu cansei de fazer pronunciamento nesta Casa sobre a necessidade de atualizarmos o Regimento Interno, que é desde a época em que Luís Eduardo Magalhães era presidente desta Casa. Várias constituições já foram mudadas – estaduais, federais – e o Regimento continua aquele daquela época, de mais de 20 anos atrás.

Então, é inconcebível termos um Regimento totalmente desatualizado. Mas fui voto vencido, cansei. Chegaram até a dizer que eu estava brigando com o presidente

da Casa, por isso é que eu estava todo dia criticando isso. Parei. A briga não era com o presidente, pelo qual tenho o maior respeito e admiração pelo presidente Marcelo Nilo. Mas a Casa é que não pode ficar sem Regimento Interno. E, agora, fazer um aditamento da convocação extraordinária! Felizmente hoje já se está mudando a situação, se está partindo para o bom senso, vai se fazer a eleição da Mesa da forma como prevê o Regimento Interno. Temos que fazer algumas adequações. Se houver disputa de algum cargo, se vota em separado, mas dentro do Regimento Interno.

Aditamento, encerramos. Não pode ser feito por uma concordância de um ou dois Líderes. Excepcionalmente, no caso de concordância dos Líderes da Casa – assim estabelece o Regimento – é que pode haver um aditamento. Tenho o maior respeito pelo agentes de tributos, volto a insistir neste assunto. É um projeto importante? Sim, mas não podemos dizer: “Se houver acordo vamos votar agora”. Não vamos! Só fiquei triste, deputado Álvaro Gomes, porque a forma como V.Ex^a tratou do assunto é bem diferente do que o Líder do governo tem feito. E acho que aí eu fico com o Líder do governo. Porque esse projeto do Fisco, de maneira geral – não vou falar de agente de tributos apenas –, vai atender a Secretaria da Fazenda. Não é um projeto que pode ser tratado na Casa politicamente. Mas V.Ex^a está dando uma conotação política! Aí vai ter radicalismo, quem perde é a Secretaria da Fazenda. Repito: os governos passam, mas a instituição fica!

Então, da mesma forma como o Líder do governo, Waldenor Pereira, tem tratado os assuntos dos servidores públicos e tem votado todos por unanimidade nessa convocação extraordinária, espero que não se politize um projeto de tamanha importância, de tamanha envergadura, que é o projeto do Fisco do Estado da Bahia. Não se pode polemizar, e tenho certeza, meu querido amigo, Líder Waldenor, e até prezado amigo Álvaro, V.Ex^a pode ter colocado mal, mas não vamos politizar. Um assunto importante, tenho o maior interesse em ajudar nesse processo. Promovemos, aí, sim, por acordo de todas as Lideranças desta Casa, uma audiência pública para discutir de maneira aberta, colocamos dois sindicatos para apresentarem aqui os seus dados, serviu enormemente de subsídio para todos nós, e vamos voltar à discussão! Se estivesse feito o acordo agora para a votação, se estivesse na pauta da convocação, iríamos apreciar esse projeto, como estamos apreciando todos. Eu, particularmente, e com toda a sinceridade – todo mundo sabe que tenho na sinceridade um valor, e digo o que penso, agrade ou desagrade –, afirmo que para mim não é tão importante, o que acho mais importante é o seguinte: esse projeto do Fisco, hoje, se colocado para votação na Casa, provavelmente não teria aprovação. Isso iria prejudicar não vou dizer uma categoria ou outra, mas o Fisco do Estado, que é importantíssimo, pois arrecada, garante a realização de obras, vai dar o subsídio para que possamos ter uma Bahia cada vez melhor, com os recursos necessários.

Então, politizar esse assunto aqui na Casa é ruim para o Estado da Bahia, porque colocaria dois segmentos importantes, o IAF e o Sindsefaz, em confronto. Aqui na Casa, não, aqui nós temos os dados...

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Para finalizar, deputado.

O Sr. Gaban:- Finalizando, Sr^a Presidente.

(...) e vamos votar de acordo com a consciência de cada um, sei que é o posicionamento do Líder do governo e de todos os Líderes responsáveis desta Casa, que querem que essa tema seja apreciado da melhor maneira possível. E é o que vamos fazer na hora oportuna, quando o projeto puder ser votado. O resto está sendo votado na convocação extraordinária, dentro do que determina o Regimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidente, só fazendo uma inversão: agora falará o PSB, pois houve uma inversão com o Líder do PTN, João Carlos Bacelar, que disporá de seu horário posteriormente. Agora, para falar no tempo do PSB, o deputado Waldenor Pereira, por 5 minutos, e depois o deputado Gilberto Brito, também por 5 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Servidores do Fisco do Estado da Bahia, demais presentes às Galerias Paulo Jackson, na condição de Líder do governo, quero revelar a nossa preocupação com a decisão tomada pelo Sindsefaz no dia de ontem, que envolve o dia de ontem e hoje, com uma paralisação, ainda que temporária, numa manifestação de desagravo em função da não inclusão do projeto Fisco, assim denominado na pauta de convocação extraordinária.

Quero aqui de público nesta tribuna, em primeiro lugar, esclarecer aos servidores da Secretaria da Fazenda já bastante elucidados por vários colegas, inclusive por último agora, deputado Gaban, o rol desta convocação extraordinária, a listagem de projetos para a sua convocação foi previamente acordado entre as lideranças desta Casa Legislativa, especialmente a Maioria e Minoria, mas que contou também com a participação das lideranças dos blocos independentes, assim também como dos demais blocos e Bancadas.

Alguns projetos não foram incluídos na pauta da convocação, não só o projeto do Fisco como não foi incluído o da Procuradoria Geral do Estado, o projeto que instituía a criação da fundação estatal para a administração de hospitais, o projeto de transporte alternativo está sendo alvo de possível retirada da pauta da convocação e, portanto, não se tratou de uma decisão unilateral exclusiva a respeito do projeto Fisco.

Pela terceira vez subo a esta tribuna para informar categoricamente que se a Oposição concordasse com a inclusão do projeto não nos oporíamos, não criaríamos nenhum óbice, nenhuma dificuldade. Todavia, durante o processo de discussão para a organização dos projetos a serem incluídos na pauta, este foi um dos projetos sobre o qual não houve acordo, a Oposição não aceitou sua inclusão na pauta de convocação.

Portanto, trata-se de um acordo, e também quero concordar com o deputado Gaban, que deve ser cumprido naturalmente, só incluiríamos qualquer projeto, inclusive esse, se houvesse acordo. Já convidei o deputado Gildásio Penedo Filho e

quero aqui fazer essa ponderação de que se ele concordasse em incluir o projeto o incluiríamos, não teríamos dificuldade, colocaríamos para votar hoje se necessário. Todavia, repito, o projeto não foi incluído na negociação e, portanto, nem o presidente da Casa, nem eu como Líder do governo podemos de forma unilateral incluir um projeto que não foi acordado. Essa é a primeira explicação que queria dar de forma bastante ponderada para o devido entendimento.

Em segundo lugar, quero dizer que esse projeto é da maior importância e significação para o nosso governo, o secretário Carlos Martins por diversas vezes me procurou, telefonou, convidou-me pessoalmente para conversar, defendendo a imediata discussão e apreciação. O secretário Rui Costa também, inclusive em nome do próprio governador, solicitou a possibilidade da inclusão.

Todavia, quero mais uma vez ponderar que não basta apenas a vontade legítima, expressa, dos secretários que destaquei. Os acordos firmados por esta Casa Legislativa sobrepõem -se naturalmente a qualquer possibilidade.

Portanto, o projeto aqui foi encaminhado porque o governo do Estado tem interesse em aprová-lo, e quero repetir com a devida cautela que a não-inclusão deve-se à falta de entendimento e acordo, mas se houver acordo o governo coloca o projeto para que seja votado imediatamente.

Se a Oposição concordar pela inclusão no dia de hoje, amanhã ou depois de amanhã, incluiremos; caso contrário, colocaremos o projeto para que seja votado imediatamente após o reinício das atividades parlamentares no dia 17 de fevereiro, vocês podem ter certeza de que só não foi votado na convocação por falta de entendimento e de acordo, colocaremos o projeto para ser apreciado e votado imediatamente após o início das atividades parlamentares, no mês de fevereiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito, por 5 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidenta, fizemos uma alteração, eu falarei por 5 minutos e o deputado Gilberto Brito, posteriormente.

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidenta, eu queria, mais uma vez, reafirmar a minha posição para que todos entendam exatamente o que falei aqui anteriormente, de forma mais tranquila, mais compassada, para que as pessoas possam ouvir com mais atenção.

Repito aqui o que eu disse anteriormente: o projeto do Fisco não está na pauta da convocação extraordinária e não pode ser votado, salvo se houver acordo entre a Oposição e a Situação. Essa foi a colocação que eu fiz aqui.

Evidentemente, não houve acordo para incluir o projeto na pauta, é um projeto polêmico e os próprios parlamentares têm dúvidas, diversas posições aqui, por isso não foi para a pauta de votação. É claro que, se a Liderança da Oposição concordar

em incluir o projeto em pauta, aí ele poderá ser votado...

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Caso não haja concordância, evidentemente o acordo será mantido, ninguém popôs descumprimento de acordo. Não propus fazer aditamento de forma unilateral, eu jamais proporia isso. Acredito que acordo tem que ser cumprido, ninguém está propondo a quebra do acordo. Quero deixar muito bem claro isso.

Falei que, em não sendo votado agora, na primeira, segunda ou terceira semana de retorno do recesso parlamentar, este projeto entrará em discussão e votação, e os pontos de vistas aqui vão aparecer, alguns a favor e outros contra, faz parte da democracia. A Bancada do governo colocará o projeto em votação após o recesso parlamentar, caso não haja acordo na convocação extraordinária.

Com o aparte o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Álvaro Gomes, nós da Bancada do governo quando sentamos para acordar a pauta de votação neste período de convocação extraordinária, ficou acertado - e V. Exª participou como vice-Líder do governo - que não votaríamos os projetos se não houvesse consenso.

E esse projeto do Fisco é polêmico, inclusive entre os servidores. Já votamos o da Polícia Civil depois de 8 meses de discussão, votamos o da Polícia Militar, na semana passada votamos 3 ou 4 projetos. Não é problema de acordo. É um projeto polêmico e quando tivemos a audiência pública aqui o representante da Secretaria da Fazenda colocou que estava fazendo uma consulta à Procuradoria. Não há de nossa parte nenhum empecilho, inclusive há pessoas da base aliada que disseram que não votam nesse projeto. V. Exª sabe disso. Não é o problema de votar na convocação, como disse muito bem o deputado Gaban que convocação tem uma pauta específica, isso é regimental, e que há uma discussão muito grande sobre o projeto. Agora, dizer que não vamos votar o projeto!... Temos que votar! Mais dia, menos dia esse projeto terá que ser votado pelos que são a favor e pelos que são contra.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Heraldo Rocha, que o projeto é polêmico, não tenha qualquer dúvida. Em 2005, na audiência pública, não havia polêmica.

O Sr. Heraldo Rocha:- Em 2005? Estamos em 2009!

O Sr. ÁLVARO GOMES:- É isso, em 2005 não havia polêmica, mas, hoje, o projeto é polêmico, e todos nós reconhecemos isso.

O que estou dizendo é que, sobre o que é polêmico, onde há debate, pode-se chegar a um denominador comum. Em quantas questões polêmicas chegamos a um denominador comum aqui! Quantos projetos polêmicos conseguimos unificar aqui!

Então, o que coloquei é que se houver um consenso, e se a Bancada da Oposição pudesse rever sua posição, concordamos. Mas como V.Exª já declarou que não há como, então, não há nem discussão.

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Se já foi manifestado expressamente aqui, alto e bom som, que não há consenso, que não há um denominador comum, fica para depois

do recesso parlamentar. No retorno dos trabalhos, esse projeto, sem dúvida alguma, será votado aqui, porque a Bancada governista vai encaminhar a votação dele. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr^a Presidente, o deputado Gaban falará por 5 minutos; e eu utilizarei os outros 5 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, estava previsto para ser votado amanhã, pelo acordo feito na semana passada, o projeto de lei nº 17.726/2008, que reestrutura o Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde, criado pela Lei nº 5.828, de 13 de junho de 1990, e reestruturado pela Lei nº 8.361, de 23 de setembro de 2002.

Eu sempre tenho defendido nesta Casa que é extremamente complicado para nós, deputados, votarmos alguns projetos, sobretudo quando dizem respeito a servidores públicos do Estado, sem uma discussão mais ampla, porque, às vezes, algo pode passar despercebido, sobretudo numa convocação extraordinária, quando estão sendo votados 20 e tantos projetos.

Mas chegou ao conhecimento da Casa, chegou ao meu conhecimento e, naturalmente, de vários outros parlamentares que esse projeto, sobre o qual, inicialmente, não havia qualquer polêmica, tem embutido nele uma inconstitucionalidade, a mesma que já discutimos.

E o Líder do governo, deputado Waldenor, já disse que não será mudada mais a redação do § 2º do art. 92 da Lei nº 6.677, para não se desvincular a remuneração da aposentadoria dos servidores públicos que exerceram cargos comissionados por 10 anos, obtendo a estabilidade pelos 2 anos no cargo de maior valor. Para permanecer a mesma remuneração, o reajuste anual seria de acordo com o cargo e não com o reajuste do servidor público, visando dar garantia de uma qualidade de vida permanente aos aposentados, não só aos atuais aposentados, mas aos que virão a se aposentar no serviço público.

Então, esse item já discutimos desde o primeiro dia da convocação. E o Líder Waldenor disse que o governo concorda em que não seja mudada essa redação, permanecendo tudo como se encontra. Ou seja, não haverá mais prejuízo para o servidor público.

Mas acontece, deputado Paulo Câmara, que nesse projeto, de nº 17.726, está embutido também um item na mesma linha desse que alteraria a redação do § 2º. Por quê? Tínhamos no Estado, para o nível superior, apenas 3 níveis.

O governo, agora, muda e cria, através do seu artigo 7º, 10 classes para as carreiras de servidor funcional de graduação superior em serviços de saúde. Dessa forma o que vai acontecer? Não obrigatoriamente, aqueles que já estão aposentados,

eles não serão enquadrados no último....

Vamos supor, um servidor prestou 30 anos de serviço na área da saúde para o governo do Estado, se aposentou no último nível. Na hora que se faz essa reclassificação, ele não está indo para o último nível. Aqui não está muito claro se ele vai permanecer no terceiro, já que eram 3 categorias e agora são criadas 10, se ele fica na terceira ou vai para a quinta, para a sexta. O correto seria, para você garantir uma estabilidade financeira, que a Constituição garante ao servidor público que exerceu cargo de confiança, durante 10 anos ou não, ou mesmo aqueles que não exerceram cargo de confiança e se aposentaram pela remuneração dos últimos anos, remuneração média dos últimos 36 meses, se esse projeto for aprovado da forma que está, vai acontecer que o servidor, da área de saúde, aposentado, deputado Gilberto, ele vai perder sua remuneração. O correto, nesse ponto, já que se criaram 10 níveis superiores, quem se aposentou no primeiro nível, é óbvio que permanece no primeiro nível. Quem se aposentou no último nível, e o deputado Heraldo Rocha conhece muito mais que eu, pois é médico e defende, nesta Casa, o Grupo Saúde, sabe que o correto seria quem se aposentou no último nível não pode, agora, quando se cria 10 categorias, querer que ele volte a ter a remuneração do terceiro nível, tem que ter a aposentadoria garantida no último nível, que foi o nível o qual ele se aposentou, senão ele está perdendo. Na hora que mais necessita, que está aposentado, não poderá ser mais reclassificado, porque reclassificação só cabe ao funcionário no exercício do cargo, o que não aconteceria com os aposentados.

Então, estamos tirando a tranquilidade daqueles servidores da saúde que se aposentaram, que salvaram tantas e tantas vidas dentro do Estado da Bahia, que teriam agora uma remuneração, na hora em que eles mais vão precisar, na hora da aposentadoria, para manter um padrão de vida para a sua família e para si próprio. Não é justo criarmos uma arbitrariedade desse tipo.

Então, tenho certeza absoluta que as discussões já estão correndo na Casa para que esse projeto não seja, como foi acordado, votado amanhã, para que possamos ampliar a discussão. Da mesma forma que já chegamos a um consenso na Casa que a redação do inciso II do artigo 39, que não mais será feita aquela modificação, que possa, também, na mesma linha de raciocínio, garantir, ao pessoal da saúde aposentado e aos que irão se aposentar no futuro, mas sobretudo os já aposentados, garantir a qualidade de vida na hora que eles tanto vão precisar, depois de terem salvado tantas vidas no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez um fato importante da história da Bahia e do Brasil passa ao largo do governo Wagner.

Agora, em janeiro, conforme o jornalista Tácio Franco chama a atenção hoje,

completa-se 500 anos da chegada de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, ao Largo da Mariquita, no Rio Vermelho, mais precisamente à foz do Rio Lucaia. Em janeiro de 1509, os franceses teriam deixado Caramuru naquele ponto, o qual se tornou um dos personagens mais importantes da história da Bahia e do Brasil.

Não se viu até agora uma única nota da Secretaria da Cultura. Não se viu até o momento uma iniciativa do governador do Estado para retratar, para homenagear este fato que é retratado em todos os nossos livros didáticos.

Deputado Heraldo Rocha, sei que o Secretário da Cultura é muito preocupado com o Bumba meu Boi, lá de Dona Maria, em Olindina e é bom que o Secretário da Cultura esteja preocupado com o Bumba meu Boi de Olindina, mas seria muito importante que o Sr. Secretário da Cultura estivesse fazendo com que esta terra produzisse e pensasse sobre um dos atos mais importantes da sua história.

Agora mesmo, com a celebração dos 200 anos da transmigração da família real para o Brasil, tivemos comemoração em Lisboa, tivemos grandes comemorações no Rio de Janeiro e a Bahia, esta Bahia tão destratada pelo governo Wagner, principalmente nos seus aspectos educacionais e culturais, não participou de nada, não utilizou esta data importante e vejam bem que foi aqui que Dom João VI assinou aquele importante ato de abertura dos portos brasileiros a todas as nações e a Bahia ficou fora dessas celebrações.

É lamentável, é triste, é inaceitável que a nossa história seja totalmente desconhecida do Sr. Secretário da Cultura e que tenha, até agora, como grande realização da sua administração, o apoio ao Bumba meu Boi lá de Olindina e também a perseguição à Fundação Casa de Jorge Amado. É nisso que o Sr. Secretário da Cultura tem se destacado e numa perseguição pessoal e odiosa ao Teatro XVIII.

A presença de Caramuru para a história da Bahia e do Brasil é tão emblemática, que foi a partir daí o marco inicial dessa que é a maior força na nação brasileira, que é a miscigenação. É o primeiro sinal de miscigenação racial nesta terra, o casamento de um europeu com uma índia tupinambá e que resultou numa extensa prole. Miscigenação essa que logo após foi muito mais fortificada pela inclusão dos africanos e o Sr. Secretário da Cultura, por ignorância, por perseguição ou por incompetência e acho que é esse terceiro caso, é incompetência do Secretário da Cultura, não move uma palha sequer para transformar esses 500 anos num grande momento para a gente discutir a miscigenação racial brasileira.

Num grande momento para a gente discutir a importância do casamento de Caramuru com a índia tupinambá Catarina Paraguaçu. A França comemora e celebra isso. Nós aqui nada e mais triste ainda é porque isso também faz parte de uma ignorância maior, que são os ignorantes que tomaram conta do governo Lula, haja vista que o Ministro da Cultura é um baiano. Também fica calado perante este fato.

Infelizmente, a Bahia, Sr^a Presidente e V.Ex^a, com certeza uma defensora e que reconhece a riqueza dessa miscigenação racial, V.Ex^a no seu coração também está triste e lamentando esse descaso do governo Wagner com as mais ricas tradições históricas e populares da Bahia.

Tenho certeza que tenho o apoio da deputada Fátima Nunes nesse protesto que

faço aqui, agora.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, devo dizer, na qualidade de Presidente desta sessão, que não concordo em nada com a fala do deputado e, de certa forma, até, acho muito perversa com as nossas lideranças estaduais que estão assumindo cargo de ministro e cargo de secretário.

A Sr^a PRESIDENTE(Fátima Nunes):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

Com a palavra o deputado Paulo Câmara pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Sr^a Presidente, eu ia, inclusive, dizer palavras, não belas, mas belíssimas sobre o discurso do deputado Bacelar. E ele fez o seu tempo integral até o painel demonstrar 0,0 segundo, aí ele não resistiu e pau, pau, pau. Na elegância com que ele vinha...

Mas, na verdade, eu queria comentar a posição do deputado Heraldo Rocha sobre a mesma posição do deputado do PCdoB, Álvaro. Uma coisa é você discutir a questão polêmica em si, as discordâncias, a não concordância com pontos de vista de dois grupos da mesma entidade, do mesmo órgão, aqui dentro desta Casa, nos mais diversos partidos políticos, não há uma concordância entre os deputados. Essa é a diferença. E a pauta da votação desta convocação extraordinária foi montada com o princípio da concordância, ou seja, se há acordo, se há concordância entre os diversos Líderes que representam os deputados, o projeto seria incluído em pauta. Então, na verdade, deputado Bacelar, o que me surpreende é estar se discutindo a inclusão. Não vou discutir a questão do aditamento porque eu tenho uma visão pessoal sobre o aditamento na medida em que ele possa ser ou não acordado entre as diferentes lideranças para inclusão, para aditamento, na pauta da convocação.

Mas o que me levou a vir aqui, presidente, foi o deputado Sandro Régis falar que o governo não faz obras, que o governo não realiza obras, que o governo só faz uma pauta de trabalho normalmente voltada, infelizmente ele não está aqui, para as questões de conversas, etc. Entendo que há duas questões, que a nova pauta governamental coloca bens intangíveis na mesa de discussão.

Quando nós discutimos a cidadania e passamos buscar praticá-la através das diversas ações do governo, através de ações simples do governo, estamos com uma pauta nova demonstrando uma nova forma de governar. Ao lado disso, você tem a pauta de realizações efetivas como, por exemplo, o aumento do efetivo da Polícia que já começou a demonstrar a diminuição, ainda que lenta, dos índices de violência. É preciso também, quando falamos isso, entendamos que a situação, hoje, é diversa da situação de alguns anos atrás. Mas é preciso ver, na medida em que você pega o orçamento e analisa, a demonstração clara e explícita que, mesmo nessas áreas, o governo tem intensificado as suas ações, tem aumentado as suas despesas na área da segurança policial, demonstrando assim, que o aumento do efetivo, a compra de

equipamentos, a construção de presídios, a qualificação dos servidores da área, são ações efetivas do governo para melhoria da vida dos baianos. Mas, ao lado disso, ações que não são, digamos, concretas como a construção de 12 sistemas de esgotamento sanitário, nós temos hoje, por exemplo, 600 mil pessoas, vou repetir esse número porque é um número dignificante. Elas foram votar nesta nova forma de preencher o cargo de diretor escolar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Quantas pessoas foram votar?

O Sr. PAULO CÂMERA:- Vejam, 600 mil pessoas foram votar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Seiscentas mil?

O Sr. PAULO CÂMERA:- Seiscentas mil foram votar. Seiscentas mil pessoas votaram para as novas diretoras de escolas que não são mais indicadas pelos políticos, são indicadas pela população, pelos alunos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- São muito poucas pessoas.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Neste caso, claro, é um processo em andamento. Este é um primeiro momento. Ainda existem escolas onde não houve eleição, deputado Bacelar. Mas tenho certeza de que esta é uma revolução. Esta é uma inovação. Era isso que eu queria mostrar ao deputado Sandro Régis. Isso provoca uma melhoria na qualidade de ensino. Isso provoca um diferencial nas escolas onde os alunos serão, também, responsabilizados pelo que vai acontecer em cada unidade escolar. Esta é a diferença que há hoje no gerenciamento do Estado.

Claro! Temos dificuldades? Temos e teremos. Porém, teremos a certeza de que, ao olharmos para traz, vemos a universalização em muitas áreas na Bahia. Por exemplo, eu discutia agora com um amigo meu sobre o pequeno município de Aracatu na região do Semiárido. Lá, deputado Bacelar, sobre esta notícia, o senhor ficará orgulhoso do governo que V.Ex^a é adversário. No município de Aracatu, em todas as residências da área rural, repito, em todas as residências têm uma cisterna à sua porta.

No município de Mirante, foram construídas 586 cisternas. V.Ex^a que conhece bem o Semiárido e o município pequeno de Mirante, que tem na faixa de, salvo engano, quatro a cinco mil eleitores, verá que toda a população do município já tem água. E está indo, crescendo e aumentando. Assim, ao longo dos anos, com certeza, neste mandato do governo Wagner e se Deus quiser também no futuro, em todo o Semiárido baiano terá uma cisterna para cada família.

São 20 milhões, nobre presidenta, que foram licitados este ano. Serão, no mínimo, 10 mil famílias atendidas por este sistema unidomiciliar. Isso sem falar, deputado Heraldo, na expansão. E não quero me prolongar mais porque o deputado Sandro Régis não está aqui. Mas eu gostaria de que ele ouvisse ou lesse sobre o que está acontecendo no ensino profissionalizante, voltarei a falar dele depois. Com a triplicação das vagas e as unidades do ensino profissionalizante aumentando, há possibilidade de os jovens chegarem mais rapidamente a um emprego.

Obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PR-PRTB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr^a Presidenta, em que pese eu não ser Líder nem vice-Líder do Bloco, mas ser integrante do PR, eu usarei todo o tempo.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao nobre deputado Gilberto Brito pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Sr^a Presidenta Fátima, o deputado Bacelar, desta tribuna, teceu comentários a respeito da ausência de qualquer notícia sobre o Caramuru. Ouvindo hoje pela manhã a uma estação de rádio local, soube que hoje é a data do falecimento de alguém que foi um grande colaborador das questões do interior brasileiro. E por razão de justiça, entendi que era o meu dever trazer algo a respeito deste ilustre brasileiro. Aqui irei ler algo relativo ao Marechal Rondon.

(Lê) “Marechal Rondon (1865-1958)

Hoje, 19 de janeiro, faz 51 anos que o Brasil está sem a presença física de um homem que inspirou um trabalho maravilhoso nos sertões brasileiros e junto aos povos indígenas: Cândido Mariano da Silva Rondon – o Marechal Rondon.

Nascido em 5 de maio de 1865, na cidade de Mimoso, no Estado do Mato Grosso, Rondon teve como pai um descendente de portugueses e como mãe uma descendente de índios Eororós.

Órfão de pai aos dois anos, seus estudos ficaram aos cuidados de um tio.

Quando concluiu os estudos, Cândido Rondon foi ser professor e ingressou no Regimento de Cavalaria no ano de 1881, para mais tarde se matricular na Escola Militar do Rio de Janeiro.

Suas experiências com os índios começaram no ano de 1892, quando foi indicado componente da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas, que estava construindo a linha interligando Goiás a Mato Grosso. Ao explorar os sertões do Mato Grosso, Rondon teve seu primeiro encontro com os índios – alguns hostis; outros, escravos de fazendeiros. Por sua intervenção foi criado, então, o Serviço de Proteção ao Índio, responsável por cuidar dos direitos dos povos indígenas.

Por três anos, de 1927 a 1930, Rondon foi responsável pela inspeção das fronteiras do Brasil – do Oiapoque até a divisa da Argentina com o Uruguai. O seu contato com as tribos indígenas foi prolongado. Com eles – e certamente já inspirado pela herança genética da mãe –, conheceu as suas culturas, as quais respeitava, pregando humanismo, dentro do lema que se impôs: “Morrer se preciso for; matar, nunca”, que o tomou famoso não só no Brasil, como internacionalmente.

Rondon recebeu o título de Civilizador do Sertão no ano de 1939, pelo IBGE, pelo trabalho realizado junto aos índios.

Em 1942, tornou-se colaborador de Getúlio Vargas; pronunciou discurso em seu apoio “por este conduzir a bandeira política e administrativa da Marcha para o Oeste, visando ao alargamento do povoamento do sertão e de seu aproveitamento agropecuário com fundamentos econômicos mais sólidos e eficientes”.

Quando fez 90 anos recebeu o título honorífico de Marechal do Exército Brasileiro, através da Lei 2.409, de 27 de janeiro de 1955. Foi considerado grande

chefe pelos índios. Pelos civilizados era chamado Marechal de Paz.

No ano de 1956, Rondon recebeu uma grande homenagem: foi dado ao Território do Guaporé o seu nome, que hoje é denominado Estado de Rondônia. Seu falecimento foi no dia 19 de janeiro do ano de 1958.

Sua partida, entretanto, deixou sementes, como o Projeto Rondon, que durante mais de 20 anos acumulou experiências muito ricas nos trabalhos que foram desenvolvidos com universitários, tendo conquistado um alto conceito junto a toda sociedade. De 1967, quando foi criado, até 1989, quando foi extinto, mais de 350.000 universitários e professores foram envolvidos de diversas formas com a complexa problemática sócio-econômica do Brasil-Continente.

Tão importante foi a inspiração do Marechal Rondon que o Projeto Rondon voltou, em nível nacional, como uma organização não governamental, em 1993. Dez anos depois foi a vez de o governo federal reativar o seu projeto, a partir de proposta feita pela União Nacional dos Estudantes (UNE) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em novembro de 2003. A primeira operação do novo projeto aconteceu em 2005, na Amazônia. De lá até o ano passado já foram realizadas 12 operações pelo Brasil afora.

Uma das mudanças importantes, adotadas pelo governo federal, ao retomar o projeto, é que na primeira fase de implantação, na década de 1960, o estudante fazia a inscrição e aguardava a seleção. Na nova fase, a inscrição fica a cargo das instituições de ensino, que necessitam demonstrar excelência e qualidade acadêmicas para serem selecionadas.

A condução política e as definições estratégicas do projeto são de responsabilidade do Ministério da Defesa. E a supervisão e avaliação acadêmicas das ações, bem como a articulação com as instituições de ensino superior, são realizadas pelo MEC. Além dos recursos governamentais, o projeto conta com investimentos da iniciativa privada.

Como os senhores e senhoras podem ver, bons exemplos são como sementes em terreno fértil. Elas se reproduzem e trazem bons frutos. O exemplo de vida do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon frutificou e produzirá, certamente, muitos outros bons exemplos, oportunizando a tantos jovens universitários a possibilidade de conhecer o Brasil real, com suas problemáticas socioeconômicas.

Aqui fica a minha homenagem a este homem que dedicou sua vida a lutar pelos direitos dos povos indígenas, inspirando governantes e jovens.

É o que eu tinha a registrar a respeito desse brasileiro de uma trajetória se não anônima, mas dentro de uma filosofia de vida sempre procurando conduzir tudo com paz, respeito e dignidade.

Muito obrigado.”

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Presidente (Fátima Nunes):- Convido o deputado Gilberto Brito para assumir aqui a Presidência.

Com a palavra o Líder do Governo, da Maioria ou do Bloco Parlamentar

PSB/PTdoB/PSL/PTB.

O Sr. Professor Valdeci:- Deputada, PSB/PTdoB/PSL/PTB, falará pelo tempo de 5 minutos, o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Nobre Presidente, quero dizer aos amigos que o deputado Gaban falou sobre a questão dos aditamentos, no plural, que ele se referia ao aditamento do projeto da Secretaria da Fazenda e também sobre a questão da possibilidade de um projeto de resolução que foi elaborado pelo deputado Paulo Rangel e que nós, conjuntamente, significa ele e eu, participamos da negociação para a questão da forma de votação nesta Casa, neste ano em que funciona pela primeira vez o painel eletrônico.

Entendemos que na medida em que se dispõe de um instrumento como um painel eletrônico, não se justifica votarmos num sistema manual. Mas o bom senso sempre prevalece nesta Casa, e um grupo de deputados líderes e influentes da Oposição em conversa com o deputado que vos fala, Paulo Câmara e o deputado Paulo Rangel autorizados, chegamos a um consenso de que realmente para se evitar interpretações diversas, que não necessariamente nós possamos concordar, mas para evitar de qualquer maneira esse tipo de interpretação, deputado Paulo Azi, chegamos a um consenso, uma proposta de que participaram os deputados da Oposição, especificamente deputado Heraldo Rocha, deputado Sandro Régis, João Bacelar e um outro deputado que não lembro agora.

Chegamos ao consenso de que poderíamos evitar qualquer tensão nesses dias de convocação extraordinária, que poderíamos provocar alguma tensão em função de que os prazos regimentais para a tramitação de um projeto desse tipo seriam extremamente curtos para nos dar tempo para uma reflexão maior sobre essa mudança, que, eu concordo, deputado Paulo Azi, é muito abrupta.

Então, para evitar isso, chegamos a um consenso, que já foi discutido por mim, pelo deputado Paulo Rangel e os deputados da Oposição que citei. O último, lembrei agora, foi o deputado Gildásio Penedo, Líder da Oposição.

Nesse consenso, estamos ultimando um acordo para votarmos em cédula de papel, também numa forma inovadora. Ou seja, chegamos ao que esta Casa sempre chega, ao consenso, ao acordo, com ambas as partes satisfeitas, demonstrando, assim, a prática do processo de democracia que se implantou e se consolida neste governo Jaques Wagner, por um lado, e no exercício da Presidência desta Casa pelo deputado Marcelo Nilo, que, ao longo desses quase 2 anos, tem demonstrado seguir fielmente as normas do Regimento.

Então, nesse consenso com a Oposição, com esses 4 deputados que citei, vamos proceder à elaboração de, segundo a idéia do deputado João Bacelar, um novo projeto de resolução que todos os deputados presentes na próxima sessão deverão assinar, e, assim, chegaremos ao que praticamos aqui sempre: consenso com democracia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

Não havendo qualquer manifestação, com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Professor Valdeci:- Sr. Presidente, por todo o tempo, falará a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de 9 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, nobres companheiras jovens taquígrafas, que, à tarde, exercem esse trabalho tão precioso de registrar todos os nossos pronunciamentos, senhores da imprensa, visitantes da Galeria Paulo Jackson, que todos sejam bem-vindos a esta Casa da cidadania e da democracia.

Nesta tarde de hoje, nesta tribuna, quero solidarizar-me com o vereador Rogério Laytynher dos Santos, nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores, devido a agressão que sofreu praticada por aqueles que, no dia-a-dia, devem exercer a sua profissão, o seu cargo como servidor público para fazer a defesa do cidadão. Muitas vezes, as pessoas decidem estar do lado de um partido ou de outro e, nesses momentos, perdem um pouco o senso daquilo que é o seu papel e cometem arbitrariedades. E não podemos ficar calados.

Na verdade, esse fato gravíssimo ocorreu no Município de Bonito, distante da capital 455 quilômetros, no dia 07 de novembro do ano passado.

O nosso vereador ia atravessando a Rua 13 de Junho, por volta das 20 horas, quando foi quase atropelado por uma viatura da polícia local. Na verdade, foi um espanto aquela situação da Polícia Militar local, e o vereador se levantou, reagiu, procurou saber qual o motivo daquela agressão e recebeu uma aumento mais ainda forte de agressões do soldado que estava naquele momento conduzindo a viatura, o qual agrediu verbalmente o parlamentar com palavras de baixo calão, com xingamentos. Após essa agressão verbal, iniciou a agressão física. Mesmo estando ali ao seu lado outro companheiro, soldado também fardado, mesmo assim, nenhum nem outro foram capazes de parar com a agressão. Pelo contrário, iniciaram-se chutes, socos, *spray* de pimenta nos olhos, enfim, toda uma situação de muita violência cometida contra esse companheiro, vereador Rogério.

Por fim, o algemaram e levaram de braço para trás no camburão, conduzindo-o até a delegacia. O que mais espanta é que, após toda essa situação de agressão e violência, realizada exatamente por aqueles que deveriam prestar segurança e garantir as condições tranquilas de ir e vir da população, à noite, principalmente, esses policiais que agiram dessa forma estão lá tranquilamente até o presente momento, sem nenhuma punição.

Eu solicitei ao secretário da Segurança Pública uma audiência para levar o fato, convidei aqui também para fazer parte da audiência o vereador e outras pessoas que estavam presentes e testemunharam a situação, e temos recebido notícias também não

tão agradáveis da situação desses policiais que trabalham lá, alguns prestam serviços particulares a algumas pessoas da cidade, principalmente ao poder municipal e, talvez, seja essa tomada de partido a favor do prefeito municipal eleito que tenha causado esse transtorno e essa falta de senso para que esse policiais trabalhassem nessa noite com tanta violência e causando tanta agressão ao vereador Rogério no município de Bonito.

Além de prestar a nossa solidariedade, nós queremos dizer também, deputado Gildásio Penedo, que estaremos levando o caso ao secretário da Segurança Pública, porque não é permitido a nenhuma pessoa realizar agressões e atacar a vida das pessoas, muito menos aqueles que na verdade são pagos com o dinheiro público para prestar segurança. Temos esse compromisso de zelar pela segurança dos cidadãos baianos, portanto, seja no município de Bonito, Cícero Dantas, Alagoinhas ou de qualquer parte desta Bahia, nós temos que denunciar, reclamar, temos que exigir comportamento ético e seguro, para que a vida do nosso povo da Bahia possa ter, na verdade, tranquilidade.

Sabemos que a questão da segurança pública não é apenas ter um policial na porta, não é apenas ter armas distribuídas, porque na verdade a segurança depende também de muitos outros fatores da vida da sociedade.

Muitas vezes, assistimos a casos e mais casos. Hoje pela televisão, vi, por exemplo, uma mãe que agrediu um filho de 4 anos a pancadas, cabo de vassoura, de modo que ao entregar o seu filho no hospital para ser tratado das agressões que ela praticou, saiu pela porta do hospital, conduzida pelos policiais para ser presa.

Então, parece que a humanidade, ultimamente, tem perdido o juízo, o senso do que é ser humano, do que é ser bom, o senso do que é o papel de cada um como pai, como filho, como mãe. E nós que estamos nesta Casa, com o poder e que somos aqueles que representamos o povo temos a obrigação de chamar atenção, de aconselhar, de iluminar e, quando o caso for grave, chamar à atenção para que haja uma punição e as pessoas compreendam que os crimes não podem ficar impunes e que a sociedade, de uma hora para outra, banalize a vida da forma que vem acontecendo.

Eu tenho dito muito por aí afora e tenho chamado atenção para o fato de que, ultimamente, as nossas festas estão virando campo de guerra, porque se os nossos jovens, saem de casa, às 17 horas, prontos para as festas que chamam de lavagem, todo tipo de nome que eles colocam hoje, fest feijão, fest não sei o que lá, mas ao chegar lá a música que toca é desce a madeira, desce a madeira, desce a madeira, durante a noite inteira, além das bebidas que são vendidas ao redor da festa. Na verdade, quando o jovem sai dali dirigindo o carro, indo para casa, o primeiro que encontra e que não concorda com suas idéias ele desce a madeira e a violência termina acontecendo.

Acho que teríamos que observar essas músicas todas que não constroem paz, não constroem cidadania, não constroem uma sociedade de irmãos ou pelo menos de humanos, e protestar contra isso, ir até ao Ministério Público. Não que eu seja a favor da censura, mas temos que nos colocar contra as músicas que causam morte e pedir

que o sociedade contrate menos essas bandas que espalham tanta dificuldade na vida das pessoas e tanta violência.

Muito obrigado, presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Deputada Fátima, quero cumprimentá-la pela lucidez da colocação a respeito das questões da violência que realmente é um tormento na sociedade. Isso depende de uma série de observações e de fatores que, acredito, se não for tomado por parte da sociedade nós estaremos fadados a um futuro bem nebuloso.

Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, o deputado Paulo Azi falará por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Deputado Paulo Azi, é uma honra ouvi-lo pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Tenha certeza, presidente Gilberto Brito, que maior honra é falar sob a presidência de V.Ex^a.

Quero cumprimentar a todos os parlamentares e todos que nos acompanham nesta sessão e dizer, Sr. Presidente, que ouvi atentamente as palavras do deputado Paulo Câmara que subiu a esta tribuna para comemorar os ares democráticos que, segundo ele, imperam nesta Casa. O deputado Paulo Câmara tratou da questão da eleição da Mesa Diretora desta Casa, que se dará no dia 1º de fevereiro, e anunciou que um acordo estava sendo concluído com relação ao critério que será utilizado para a eleição dos futuros membros da Mesa desta Casa.

Quero dizer, Sr. Presidente, que antes de entrar na questão política que esse fato obrigatoriamente nos remete, sou obrigado, inicialmente, a contestar o ato do presidente desta Casa em aditar a pauta da Convocação Extraordinária. Sem entrar no mérito do projeto, Sr. Presidente, entendo que este ato se reveste de ilegalidade e de inconstitucionalidade.

A nossa Constituição é muito clara quando trata da Convocação Extraordinária, quando diz que esta Convocação se dará sob pauta específica para tratar de matérias de relevantes interesse público.

Ora, Sr. Presidente, se a Constituição quisesse permitir ao presidente, governador ou aos próprios deputados, que a pauta pudesse ser aditada durante o transcorrer da Convocação, não diria expressamente que a pauta deve ser específica. E quando a Constituição diz que a pauta é específica, diz principalmente para garantir que os projetos que venham ser discutidos e apreciados, sejam efetivamente de interesse público e urgente.

Por isso, Sr. Presidente, fica claro que o ato é inconstitucional. Espero sinceramente que o presidente Marcelo Nilo o anule independente do fato de já ter sido construído um acordo para votação dos futuros membros desta Mesa.

Fui informado, Sr. Presidente, que o Tribunal de Contas do Município já tem se

pronunciado sobre esta matéria, que diversos presidentes de câmaras de vereadores tiveram as suas contas rejeitadas, porque aditaram pauta de Convocação Extraordinária.

Que isso seja um alerta ao nosso presidente, para que reveja e revogue esse ato até para que não venha a ter problemas com relação a aprovação das suas contas junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Feito o entendimento, construído o consenso com relação a votação, fico feliz em ver que o presidente retorna ao caminho da obediência ao Regimento, a Constituição e, mais ainda, atende ao apelo de diversos parlamentares, não só da Oposição, mas também do governo, que entendiam que tratava-se de uma medida extremamente casuística e sem nenhum propósito com relação a lisura do pleito.

Aliás, Sr. Presidente, com relação a lisura do pleito, gostaríamos de reafirmar a nossa mais absoluta confiança nos membros da Mesa Diretora desta Casa. Não é o fato de ter a Oposição apenas um membro na Mesa Diretora, que fará com que a nossa Bancada venha a levantar qualquer tipo de desconfiança com relação à Mesa Diretora atual que deverá presidir e conduzir todo o processo de eleição do próximo dia 1º.

Portanto, queremos, mais uma vez, reafirmar que confiamos nos membros da Mesa Diretora, especialmente no presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, que irá, ele e os demais membros, conduzir todo o processo de votação e não cabe à Oposição nenhum tipo de questionamento, não cabe à Oposição levantar qualquer dúvida com relação ao encaminhamento e à lisura do presente pleito.

Sr. Presidente, eram os esclarecimentos que eu gostaria de fazer e continuo acreditando que o nobre presidente, deputado Marcelo Nilo, haverá de coroar os seus dois anos de administração anulando esse ato que, no meu entender, é revestido de ilegalidade e inconstitucionalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

A Srª Fátima Nunes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Pois não, deputada Fátima.

A Srª Fátima Nunes:- Solicito uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Solicito ao deputado Eliedson Ferreira, que tão honrosamente ocupa, na condição de secretário *ad hoc*, a 1ª Secretaria da Mesa, proceder à verificação de quórum.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Eliedson Ferreira, procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 10 Srs. Deputados. Não havendo quórum legal para continuidade da

sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*